

Demonstrações Financeiras

1º Semestre
2026



A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026, encerrado em 30 de junho.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo. O Banco atua também no Mato Grosso do Sul, por esse ser um estado limítrofe da Região e integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

A atuação do BRDE está diretamente relacionada ao ambiente econômico em que se inserem seus clientes e os setores produtivos da região, influenciados por fatores de ordem internacional, nacional e regional. Nesse sentido, o primeiro semestre de 2026 transcorreu em um contexto econômico mundial marcado por crescimento moderado, inflação ainda pressionada e aumento da incerteza geopolítica, especialmente em razão dos conflitos no Oriente Médio e de seus efeitos sobre energia, commodities e cadeias produtivas.

Nos Estados Unidos, o cenário do período indicou manutenção de atividade econômica sólida, sustentada por ganhos de produtividade e por um mercado de trabalho ainda resiliente, embora com inflação acima da meta e riscos associados aos preços de energia. Na Zona do Euro, os indicadores de curto prazo evidenciaram crescimento fraco, com perda de dinamismo da demanda interna diante da alta dos preços da energia, da redução do poder de compra das famílias e da piora da confiança. Segundo o Banco Central Europeu, a guerra no Oriente Médio já vinha gerando pressões inflacionárias no curto prazo e enfraquecendo a atividade econômica.

A economia chinesa mostrou desempenho superior ao de grande parte das economias globais, com crescimento do PIB de 5,0% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China. O resultado foi sustentado pela melhora da produção, pela continuidade de investimentos e pelo avanço de setores de maior intensidade tecnológica, embora o consumo ainda apresentasse sinais de moderação.

No Brasil, a atividade econômica apresentou crescimento moderado de 1,1% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, impulsionado principalmente pelo desempenho da agropecuária, da indústria extrativa e pela resiliência do consumo das famílias. Em contrapartida, a persistência das pressões inflacionárias manteve a política monetária em patamar restritivo, com taxas de juros elevadas ao longo do período. Nesse contexto, a atividade econômica demonstrou resiliência, sustentada por um mercado de trabalho ainda favorável e pela continuidade da demanda interna. No acumulado dos quatro trimestres encerrados em março de 2026, o PIB cresceu 2,0% em comparação com os quatro trimestres imediatamente anteriores, conforme dados do IBGE.

Em âmbito regional, os estados de atuação do BRDE apresentaram desempenhos distintos no acumulado dos quatro trimestres encerrados em março de 2026. No Rio Grande do Sul, o PIB cresceu 0,4%, resultado influenciado pela retração de 10,3% da agropecuária,

parcialmente compensada pelos avanços da indústria (1,9%) e dos serviços (1,4%), segundo dados da Seplag-RS/DEE. Em Santa Catarina, a economia registrou expansão de 2,9%, impulsionada principalmente pelos setores de serviços (4,1%) e agropecuário (3,1%), enquanto a indústria apresentou estabilidade relativa, com leve recuo de 0,1%, conforme dados da Seplan-SC. No Paraná, o PIB avançou 1,62%, sustentado pelo forte desempenho da agropecuária, que cresceu 8,92%, com destaque para a produção de soja, milho e a bovinocultura. Os serviços também contribuíram positivamente, com crescimento de 1,6%, ao passo que a indústria registrou retração de 2,05%, de acordo com o IparDES.

É nesse contexto que o BRDE completou, em junho, 65 anos de atuação, reafirmando sua trajetória como agente relevante do desenvolvimento econômico e social da Região Sul, mantendo-se atento às transformações do ambiente produtivo e às novas demandas da sociedade. Esse marco institucional ocorre em um momento especialmente significativo, com o Planejamento Estratégico 2026–2030 em curso, orientando a atuação do Banco a partir da missão de “Apoiar quem produz e transformar vidas” e da visão de futuro de “Ser agente estratégico de desenvolvimento, reconhecido pela excelência, inovação e impacto positivo para a sociedade”.

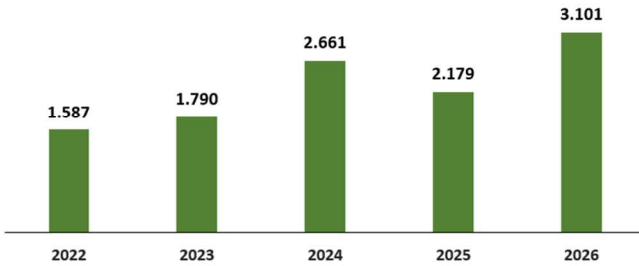
Em linha com essas diretrizes, as ações desenvolvidas pelo BRDE no primeiro semestre de 2026 refletiram o alinhamento institucional ao Planejamento Estratégico 2026–2030, combinando expansão do crédito, apoio ao desenvolvimento sustentável, fortalecimento da inovação e diversificação das fontes de recursos. Nesse período, as novas contratações contribuíram para impulsionar a carteira de crédito do Banco a patamar histórico, com aderência significativa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao mesmo tempo em que se destacaram o apoio ao setor agropecuário, as iniciativas voltadas ao ecossistema de inovação — especialmente por meio do BRDE Labs e dos Fundos de Investimento em Participação —, a captação de recursos junto a instituições nacionais e internacionais, ao mercado de capitais e por meio de recursos próprios, além da intensificação da atuação em Parcerias Público-Privadas e no Fundo Verde, reforçando o compromisso do Banco com o desenvolvimento regional, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

DESEMPENHO OPERACIONAL

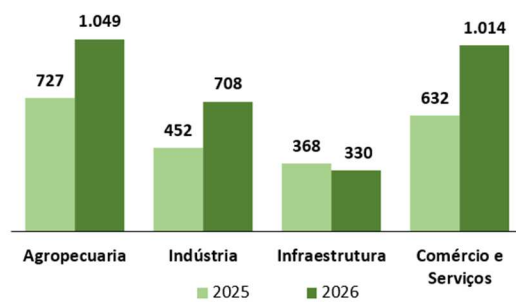
As contratações de financiamento do BRDE registraram um aumento expressivo no primeiro semestre de 2026 em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 3,1 bilhões em crédito contratado, o que representa um crescimento de 42,3%. Esse volume contempla uma ampla diversidade de empreendimentos, tanto rurais quanto urbanos, distribuídos por toda a área de atuação do Banco.

Ao comparar as contratações de crédito por setor da economia no primeiro semestre de 2026 com as do mesmo período de 2025, observa-se aumento do valor financiado destinado à agropecuária, à indústria e ao setor de comércio e serviços, enquanto a infraestrutura registrou retração. A agropecuária (setor primário) destacou-se como o setor com maior volume de contratações, totalizando R\$ 1,05 bilhão, seguida por comércio e serviços (R\$ 1,01 bilhão), pela indústria (R\$ 708 milhões) e pela infraestrutura (R\$ 330 milhões).

Contratações BRDE - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais



Contratações por setor - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais

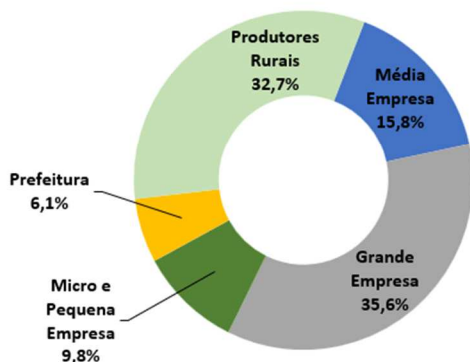


Na classificação das contratações de financiamento por porte dos clientes, médias empresas representaram 15,8% do volume de contratações do primeiro semestre de 2026, o que representa aumento de 116,3% em relação ao mesmo período do ano de 2025. O maior volume foi concedido a grandes empresas, R\$ 1,1 bilhão, com participação expressiva das cooperativas agroindustriais, que responderam por 31,5% do volume destinado a esse porte. Esse tipo de operação é responsável pela industrialização de produtos oriundos de milhares de produtores rurais, beneficiando a cadeia do agronegócio.

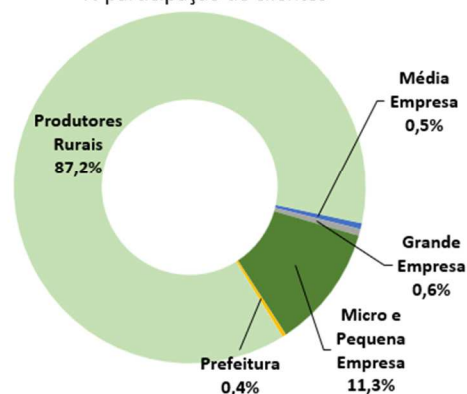
O crédito para os produtores rurais, cuja participação foi de 32,7% no primeiro semestre de 2026, totalizou R\$ 1,01 bilhão em contratações, representando um crescimento de 42,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. A maior parte desses recursos foi destinada a pequenos produtores, com destaque para a agricultura familiar.

Os financiamentos destinados a prefeituras apresentaram crescimento de 52,4% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, totalizando R\$ 189 milhões no primeiro semestre de 2026. Por outro lado, o crédito para micro e pequenas empresas (MPE), com participação de 9,8% no primeiro semestre de 2026, somaram R\$ 303 milhões, valor 25,7% inferior ao registrado no primeiro semestre de 2025.

Contratações por porte - 1º semestre de 2026
Valor contratado



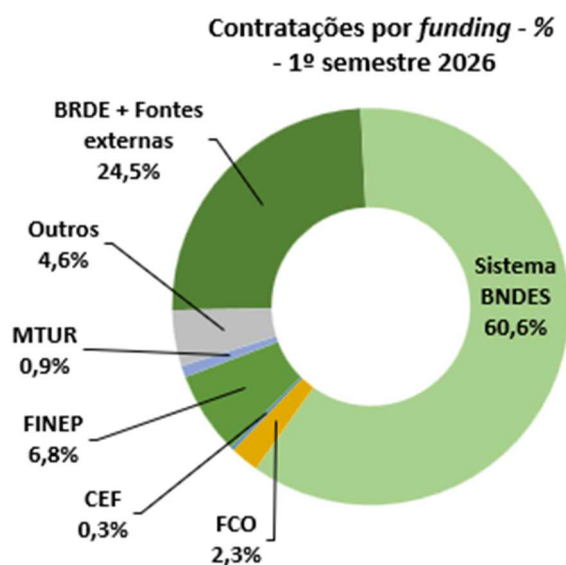
Contratações por porte - 1º semestre de 2026
% participação de clientes



A ampla capilaridade do BRDE e seu papel na ampliação do acesso ao crédito por pequenos empreendedores ficam evidenciados nos dados de contratações de financiamento do primeiro semestre de 2026. No período, considerando o número de clientes atendidos, 87,2% corresponderam a produtores rurais — em sua maioria agricultores familiares —, enquanto 11,3% referiram-se a micro e pequenas empresas

(MPEs). Parcela relevante dessas operações foi viabilizada por meio de convênios com instituições financeiras parceiras, nas chamadas operações indiretas. No primeiro semestre de 2026, esse tipo de operação registrou crescimento de 23,1% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, demonstrando a importância desse canal para ampliar o alcance do crédito a pequenos produtores rurais e MPEs.

O gráfico a seguir evidencia a composição das contratações por fonte de *funding* no primeiro semestre de 2026, demonstrando a relevância do Sistema BNDES como principal provedor de recursos para os financiamentos do BRDE. Ao mesmo tempo, a participação de demais fontes reforça a estratégia do Banco de diversificação de recursos, com utilização de fontes externas — Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) —, além de recursos captados no mercado, de recursos próprios e da categoria “Outros”, composta pelos programas Estrada Boa Rural SC e Avançar Mais Cidades RS. Essa combinação amplia a capacidade de financiamento do BRDE, contribui para o alongamento de prazos e fortalece sua atuação no apoio a projetos de desenvolvimento na Região Sul.



No primeiro semestre de 2026, considerando apenas as operações diretas do BRDE, 59% das contratações apresentaram aderência a pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que corresponde a R\$ 1,2 bilhão em projetos, atividades ou proponentes com algum impacto esperado sobre a agenda global de desenvolvimento sustentável, de um total de R\$ 2,1 bilhões contratados nessa modalidade. Esse indicador, conhecido como percentual de aderência ou visão das operações, evidencia o compromisso do Banco com o desenvolvimento sustentável.

DESTAQUES FINANCEIROS

No primeiro semestre de 2026, o resultado líquido do BRDE alcançou R\$ 315,7 milhões, mantendo-se em patamar expressivo, ainda que 2,8% abaixo do resultado registrado no mesmo período de 2025. O ativo total registrou crescimento de 11,6% em relação ao

primeiro semestre de 2025, alcançando R\$ 30,9 bilhões, influenciado, principalmente, pelo crescimento do saldo das operações de crédito.

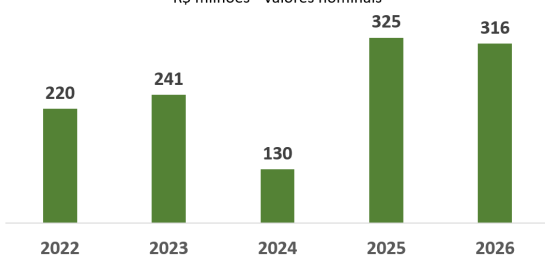
O patrimônio líquido (PL) do BRDE manteve sua trajetória de crescimento, encerrando o semestre em R\$ 5,8 bilhões — um avanço de 10,2% em relação ao primeiro semestre de 2025. O crescimento patrimonial do BRDE, lastreado especialmente no aumento da sua carteira de crédito e na geração de resultados históricos, também é identificável com a evolução do seu capital social. Em maio de 2026, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, o maior aumento de capital social em valor nominal do Banco, na soma de R\$ 737,7 milhões, majorando o capital social da instituição para históricos R\$ 4,2 bilhões. Ainda, o fortalecimento do PL amplia a capacidade de alavancagem do BRDE, permitindo intensificar o apoio ao desenvolvimento econômico na sua área de atuação.

O saldo das operações de crédito do BRDE cresceu 9,8% no primeiro semestre de 2026 em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 25,3 bilhões. Esse resultado reflete o ritmo da contratação de novos empréstimos e financiamentos. A carteira é composta por 52,6 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estão localizados em 1.217 municípios, sendo 1.141 da Região Sul. Ressalta-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 93,8% dos municípios da Região Sul.

Além das receitas provenientes de sua atividade creditícia, o BRDE conta com remunerações de natureza não creditícia, entre as quais se destaca a atuação como agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), composto por recursos públicos federais destinados ao estímulo da indústria cinematográfica e audiovisual do País. No primeiro semestre de 2026, o BRDE operacionalizou 234 contratos no total aproximado de R\$ 446,4 milhões, contemplando projetos e empresas em 20 estados. No período, a receita recebida pela prestação desse serviço foi de R\$ 13,6 milhões.

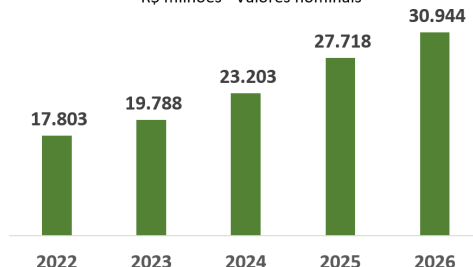
Resultado Líquido BRDE - 1º semestre

R\$ milhões - Valores nominais



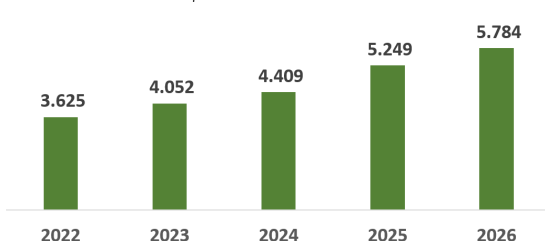
Ativo Total BRDE - 1º semestre

R\$ milhões - Valores nominais



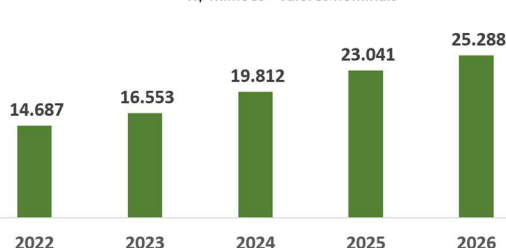
Patrimônio Líquido BRDE - 1º semestre

R\$ milhões - Valores nominais



Operações de Crédito BRDE - 1º semestre

R\$ milhões - Valores nominais



Ainda, o Índice de Basileia do BRDE atingiu 22,04% em junho de 2026, motivado por maiores níveis de capitalização.

Captação de recursos no mercado de renda fixa

No primeiro semestre de 2026, o Banco realizou nova rodada de emissões de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), que somaram R\$ 340 milhões, com prazos entre 5 e 10 anos, além da captação de aproximadamente R\$ 70 milhões por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) junto à base de clientes diretos. Com esses resultados, a carteira de captações via renda fixa ultrapassou R\$ 1,6 bilhão, refletindo o crescente interesse de investidores pelos papéis do BRDE.

Rating

Periodicamente, o BRDE é submetido à avaliação de risco por agências de rating. Atualmente, a Fitch Ratings, a Moody's Ratings e a Moody's Local BR são as agências que avaliam o Banco.

A agência Fitch Ratings, na sua análise realizada em maio de 2026, manteve os credit ratings do BRDE em relação à análise realizada no ano anterior. Os Issuer Default Ratings (IDR, em português, Ratings de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moedas estrangeira e local permaneceram em BB, em linha com o rating soberano, e os IDR de curto prazo em moedas estrangeira e local em B, com a perspectiva estável. A Fitch também manteve o Rating Nacional de Longo Prazo em AAA(bra) e o Rating Nacional de Curto Prazo em F1+(bra) do Banco. Considera-se que a qualidade de crédito dos três estados controladores influencia fortemente os ratings do Banco.

Em outubro de 2025, a Moody's Ratings manteve o rating global de longo prazo do BRDE em ba2, com perspectiva estável. A Moody's Local BR ("Moody's Local") também manteve, em dezembro de 2025, o rating de emissor do BRDE em AA-.br, a perspectiva foi revisada para positiva, de estável.

O perfil de crédito do Banco é fortalecido por seu elevado nível de capitalização, impulsionado pela incorporação de seus lucros. Além disso, sua classificação de crédito reflete o expressivo apoio dos estados controladores — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — em razão do papel estratégico da instituição no desenvolvimento da Região Sul, especialmente como agente relevante no financiamento do agronegócio.

DESTAQUES INSTITUCIONAIS

Apoio à Inovação

O BRDE definiu como uma de suas diretrizes estratégicas o fortalecimento do ecossistema de inovação na Região Sul. Para isso, o Banco desenvolve sua atuação em três frentes integradas, voltadas a empresas de diferentes portes e em distintos estágios de maturidade. Entre as iniciativas estão a disponibilização de linhas de financiamento, a aproximação entre *startups* e gestores de veículos de investimento dos quais o BRDE participa como investidor — com potencial para novos aportes — e o apoio a empresas por meio da participação em programas de aceleração.

No eixo do financiamento, o BRDE financiou 43 empresas para implantar seus projetos inovadores, totalizando R\$ 347 milhões. Para viabilizar essas operações, o BRDE utilizou recursos da Finep, a principal fonte no Brasil para esse tipo de projeto, e de outras instituições financeiras parceiras como BNDES, AFD e BID, assim como recursos próprios do Banco.

Além dos financiamentos para projetos inovadores, o BRDE é investidor em 5 Fundos de Investimento em Participação (FIPs) voltados para o suporte a *startups* em variadas fases de desenvolvimento: Criatec 3, Criatec 4, FIP Anjo, Quartzo Capital VC4 e Fundo Sul Ventures. Em conjunto, esses fundos possuem capital subscrito de R\$ 811 milhões e já realizaram investimentos em mais de 120 empresas. O Banco subscreveu R\$ 57 milhões nesses FIPs que, até o momento, aportaram recursos em 34 empresas inovadoras da Região Sul, com aportes que totalizaram R\$ 133,8 milhões. Ainda, o Banco participa de outro veículo com foco em inovação, o Inova/SC, na modalidade de Sociedade em Conta de Participação (SCP), com investimento de R\$ 1,2 milhão.

BRDE Labs

O programa BRDE Labs foi criado com o objetivo de impulsionar o ecossistema de inovação na Região Sul. A iniciativa oferece suporte contínuo às *startups*, sem caráter financeiro direto, posicionando o BRDE como um agente público conectado às necessidades do mercado inovador. Seu propósito central é acelerar o desenvolvimento das *startups*, facilitando o acesso a futuros investimentos e parcerias estratégicas que contribuam para seu crescimento.

Além disso, o programa disponibiliza capacitação e oportunidades de desenvolvimento empresarial de forma gratuita. No âmbito do Labs, o Banco também promove a aproximação entre *startups* e os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dos quais é cotista, bem como incentiva a conexão com empresas consolidadas de sua base de clientes, fomentando a busca conjunta por soluções para diferentes desafios.

A sétima edição do BRDE Labs PR, realizada com o apoio da Hotmilk (PUCPR) e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham-Brasil), escolheu “Empresas do Futuro: Tecnologia, Pessoas e Sustentabilidade” como tema central. Esta edição reúne dez empresas paranaenses de diferentes segmentos, em uma jornada que inclui diagnóstico, construção de desafios estratégicos, conexão com *startups*, validação e desenvolvimento de projetos voltados ao aumento da eficiência, da competitividade e da sustentabilidade dos negócios.

O BRDE Labs RS 2026, lançado no South Summit Brazil em março, conta novamente com a parceria da Feevale Techpark. O programa oferece uma jornada estruturada com mentorias, capacitações e metodologia aplicada, com o objetivo de apoiar os empreendedores na validação de suas soluções, no aprimoramento de seus modelos de negócio e na expansão de mercado. Nesta edição, na qual o Programa passou a ser intitulado BRDE Labs RS 1.0, 15 *startups* foram selecionadas para o processo de aceleração. Complementando a estratégia de fortalecimento do ecossistema de inovação, o BRDE Labs 2.0 RS, desenvolvido em parceria com o Tecnopuc (PUCRS), é um programa de inovação aberta que conecta *startups* e organizações âncoras para o desenvolvimento de provas de conceito (PoCs) voltadas à solução de desafios reais de mercado. O programa

está em desenvolvimento em sua primeira edição, com 19 *startups* selecionadas para participação.

A edição 2026 do BRDE Labs SC foi lançada em março, em parceria com a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), contemplando as três frentes de apoio ao ecossistema de inovação do estado: Growth, Venture e Innovation. O BRDE Labs Growth pretende escalar vendas e consolidar a viabilidade dos negócios de 100 startups. O Labs Venture tem como objetivo preparar 30 *startups* catarinenses e seus empreendedores para a captação de investimentos, através de um *investor day* com 20 investidores parceiros do Programa. Já o Labs Innovation é uma etapa de inovação aberta em que 25 *startups* brasileiras irão se preparar para a resolução de desafios de cinco grandes empresas.

Programa Nexus Inovação Aberta

O Governo do Paraná e o BRDE lançaram o programa Nexus Inovação Aberta, que vai investir R\$ 20 milhões em projetos de genômica aplicada ao agronegócio. A iniciativa busca aproximar ciência e setor produtivo, apoiando soluções que promovam melhoramento genético, maior resistência a pragas e ao clima e redução de custos. Os projetos envolverão dez empresas âncoras paranaenses, *startups* tecnológicas e instituições de pesquisa, com até R\$ 2 milhões por projeto, seguindo um modelo colaborativo para transformar conhecimento científico em inovação e impacto socioeconômico.

Programa Invest Match

A terceira edição do programa Invest Match, lançado em abril, selecionou 30 *startups* gaúchas em fase de crescimento para participação em iniciativas de capacitação e acesso a investimentos. A iniciativa, liderada pelo Instituto Caldeira em parceria com o BRDE, tem como objetivo aproximar essas empresas de fundos de investimento, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento e a escalabilidade de seus negócios.

BRDE como Agente Estratégico das Políticas Públicas

O BRDE entende como fundamental exercer um papel estratégico junto aos estados controladores na formulação, promoção e execução de políticas públicas voltadas a estados e municípios. Nesse contexto, sua missão institucional envolve a articulação das políticas de desenvolvimento, atuando como agente de conexão e facilitador de iniciativas na sociedade.

Na condição de banco de desenvolvimento, o BRDE coloca seu conhecimento técnico a serviço da integração entre as demandas da economia e as diretrizes das políticas públicas. A seguir, destacam-se os programas de financiamento desenvolvidos em parceria com os estados controladores, bem como a atuação do Banco na estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Pronampe Leite em Santa Catarina

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sape), e o BRDE lançaram o Pronampe Leite Custeio, que disponibiliza R\$ 240 milhões para apoiar os produtores de leite no custeio da produção, como insumos, mão de obra e manutenção da atividade, com foco no atendimento de pequenos e médios produtores. O leite é uma atividade essencial para o Estado, responsável pela renda de milhares de famílias. O programa oferece prazo total de 24 meses. As condições incluem juros zero para produtores com até 30 matrizes e 6% ao ano para produtores com mais de 30 matrizes, desde que os pagamentos sejam mantidos em dia. Nesse primeiro semestre de 2026, o programa contemplou 3.790 produtores rurais, com R\$ 110,7 milhões de financiamento, espalhados em 197 municípios catarinenses.

Para apoiar a viabilização do Programa, o BRDE estruturou operação financeira junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), garantindo a captação de USD 30 milhões, complementada pela contratação de proteção cambial no mercado doméstico. A operação resultou em R\$ 158,6 milhões em recursos, combinando acesso a recursos internacionais, mitigação de riscos cambiais, redução do custo de *funding* e ampliação da eficiência financeira do Banco no apoio a uma política pública estratégica para o setor produtivo catarinense.

Fundo de Recursos Hídricos do Paraná

O BRDE passou a ser o gestor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Paraná (FRHI-PR) por meio de uma parceria com o Instituto Água e Terra (IAT). A iniciativa tem como finalidade assegurar que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso da água sejam aplicados diretamente nas bacias hidrográficas onde foram gerados.

Com o contrato firmado, o Banco assume a função de agente técnico-financeiro do Fundo, sendo responsável pela administração financeira, pelos repasses a projetos aprovados e pela oferta de financiamentos conforme as diretrizes definidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e pelo IAT. A medida busca transformar a arrecadação em ações concretas voltadas à melhoria da qualidade, da disponibilidade e da gestão dos recursos hídricos, fortalecendo a política ambiental, a governança das águas e o desenvolvimento sustentável no Paraná.

Estrada Boa Rural em Santa Catarina

Em execução desde 2025, o Programa Estrada Boa Rural prevê a pavimentação de 2.500 quilômetros de estradas rurais nos 295 municípios do estado, com investimento estimado em R\$ 2,5 bilhões. O Programa é coordenado e executado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), com apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e em parceria com os municípios do estado. Ao melhorar as condições das estradas, o programa reduzirá diretamente os custos de transporte para os produtores a fim de facilitar o escoamento da produção e fortalecer toda a cadeia de suprimentos agroindustrial. O BRDE é um dos agentes financeiros do Programa e, entre janeiro e junho, efetivou a contratação de financiamento para projetos de 46 municípios, totalizando R\$ 118,1 milhões para a pavimentação de 224,5 km de estradas rurais.

Programa Avançar Mais Cidades do Rio Grande do Sul

O Programa Avançar Mais Cidades, de iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tem como objetivo fortalecer a capacidade de investimento dos municípios gaúchos por meio da oferta de condições facilitadas de financiamento. A iniciativa amplia o acesso a recursos para a execução de projetos estruturantes e estratégicos, contribuindo para o desenvolvimento regional de forma equilibrada e sustentável. Nesse contexto, são financiáveis despesas de capital, incluindo a elaboração de projetos executivos, execução de obras municipais e a aquisição de ativos permanentes, como máquinas, equipamentos e ônibus, essenciais para a qualificação dos serviços públicos. As linhas de crédito do programa utilizam recursos provenientes das aplicações da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual (Cadip) e contam com a atuação do BRDE entre as instituições responsáveis por sua operacionalização. No primeiro semestre de 2026, foram contratados R\$ 23 milhões em operações junto ao BRDE.

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O BRDE atua não apenas na concessão de crédito e no apoio técnico a projetos privados e municipais alinhados às políticas públicas dos estados controladores, mas também exerce papel relevante na estruturação de parcerias público-privadas (PPPs), concessões e outras modalidades de participação do setor privado na gestão e na prestação de serviços públicos. Nesse contexto, o Banco tem se consolidado como parceiro estratégico de estados e municípios em sua área de atuação, contribuindo para a viabilização e o fortalecimento da infraestrutura pública.

Nesse semestre, o BRDE firmou com os municípios de Rio Negrinho e de Balneário Piçarras, em Santa Catarina, contratos para a estruturação de PPPs. Os projetos visam à concessão administrativa dos serviços de iluminação pública municipal, contemplando ações de modernização, expansão, otimização, gestão, operação, conservação e manutenção da rede, com foco na eficiência energética e demais serviços acessórios relacionados à implementação de soluções de cidades inteligentes.

Fundo Verde

O BRDE vem fortalecendo sua missão de promover o desenvolvimento econômico e social da Região Sul, incorporando a sustentabilidade como um valor estratégico em sua atuação. Por meio do Fundo Verde, apoia iniciativas voltadas à prevenção e ao controle da poluição, à conservação da biodiversidade, à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, à economia circular, à agropecuária resiliente e sustentável, à ampliação da equidade, da inclusão econômica e da cidadania, além da preservação do patrimônio histórico e cultural. Esses temas constituem pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região.

No Paraná, estão em desenvolvimento projetos de descarbonização, geração de renda associada à conservação da natureza, créditos de biodiversidade e inovação sustentável. Em Santa Catarina, destacam-se a elaboração de um Plano Regional de Ação Climática para municípios vulneráveis às mudanças do clima e projetos de descarbonização voltados

ao aprimoramento de processos produtivos e à ampliação do uso de energias renováveis. No Rio Grande do Sul, o BRDE apoia iniciativas de empreendedorismo feminino e projetos de soluções baseadas na natureza, inovação e desenvolvimento sustentável em municípios vulneráveis, abrangendo áreas como negócios, habitação, soluções urbanas e ações voltadas ao enfrentamento dos impactos de eventos climáticos extremos.

65 anos de atuação em prol do desenvolvimento regional

Criado em 1961, o BRDE nasceu com a missão de apoiar a industrialização, a modernização do campo, a expansão da infraestrutura e a oferta de financiamento de longo prazo na Região Sul. Ao longo de sua trajetória, acompanhou as transformações econômicas e ampliou seu escopo de atuação, incorporando novas agendas e instrumentos voltados à inovação, à competitividade e à sustentabilidade. Ao completar 65 anos, o BRDE consolida-se como principal parceiro do desenvolvimento regional.

Sua atuação está alinhada às demandas contemporâneas, com forte direcionamento a projetos estruturantes em energias renováveis, agricultura de baixo carbono, saneamento e infraestrutura, apoiada pela diversificação de *funding* e pela inserção no mercado de capitais. O Banco também é referência nacional no apoio à inovação, especialmente como principal repassador de recursos da Finep, além de fomentar iniciativas tecnológicas e *startups*. Esse percurso evidencia a capacidade do BRDE de se adaptar às mudanças e de manter sua relevância, apoiando projetos transformadores e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Região Sul.

BRDE cria Academia Corporativa para impulsionar inovação e desenvolvimento

O BRDE instituiu a Academia BRDE de Inovação e Desenvolvimento (ABID), instância de educação corporativa do Banco voltada à formação contínua dos colaboradores e à gestão do conhecimento. Aprovada pela Diretoria em junho de 2026, a iniciativa será responsável por planejar, integrar e avaliar ações de desenvolvimento alinhadas ao planejamento estratégico da instituição, contribuindo para o aprimoramento do capital humano e para o fortalecimento do papel do Banco como agente de desenvolvimento regional.

A ABID atenderá os colaboradores por meio de trilhas de aprendizagem adaptadas aos diferentes perfis profissionais, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas, no estímulo à colaboração e na consolidação de uma cultura orientada a resultados e inovação. Futuramente, a iniciativa também poderá incluir parceiros institucionais e entidades ligadas ao desenvolvimento regional. Com a ABID, o BRDE reforça seu compromisso com a inovação, a qualificação profissional e a disseminação do conhecimento.

Concurso Público: 65 novos funcionários convocados

Em linha com sua estratégia de fortalecimento institucional e preparação para o futuro, o BRDE homologou, em maio de 2026, o Concurso Público nº 01/2025, importante iniciativa voltada à renovação e ao fortalecimento de seu quadro funcional. O processo reafirma o

compromisso do Banco com a continuidade de sua excelência técnica, a valorização das pessoas e a sustentabilidade de sua atuação no longo prazo.

Ao final do primeiro semestre de 2026, 65 novos funcionários já haviam sido convocados. A medida contribui para fortalecer a capacidade de atuação do BRDE e apoiar a expansão de suas atividades em benefício do desenvolvimento sustentável da Região Sul.

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, funcionando sob a administração do Chief Risk Officer – CRO e reportando-se diretamente ao Comitê de Riscos, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. O relatório que define a estrutura de gerenciamento contínuo de riscos e de capital está disponível no *site* do Banco (<https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Pilar 3, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, notadamente no que diz respeito à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 se encontra disponível em: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>, sendo disponibilizado também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

AGRADECIMENTOS

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos dos estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes por confiar no apoio do BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada. Agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 30 de junho de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	5	958	7.445
Ativos financeiros		31.088.250	29.333.697
Ao valor justo por meio do resultado	6	5.282.355	4.904.218
Ao valor justo por outros resultados abrangentes	7	231.846	71.638
Ao custo amortizado		25.574.049	24.357.841
Carteira de crédito	8.1	25.432.929	24.244.919
Outros ativos financeiros	8.2	141.120	112.922
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(721.651)	(640.495)
Outros ativos	10	80.554	73.590
Ativos fiscais diferidos	16.2	451.411	431.410
Imobilizado de uso		37.652	38.599
Imobilizado de uso		78.180	77.649
(-) Depreciação acumulada		(40.528)	(39.050)
Intangível		7.271	7.014
Ativo intangível		58.609	56.534
(-) Amortização acumulada		(51.338)	(49.520)
TOTAL DO ATIVO		30.944.445	29.251.260
PASSIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros ao custo amortizado		24.372.931	22.686.540
Depósitos e captações no mercado	11	1.624.364	1.263.903
Empréstimos e repasses do país	12	18.391.093	17.225.374
Empréstimos e repasses do exterior	12	3.591.529	3.681.865
Outros passivos financeiros	13	765.945	515.398
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	6.3	44.608	19.466
Outros passivos	14	226.945	837.831
Provisões	15	181.502	159.280
Passivos fiscais diferidos	16.2	39.853	34.342
Passivo atuarial	17	294.988	279.904
TOTAL DO PASSIVO		25.160.827	24.017.363
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2025	31/12/2025
Capital social	18.1	4.237.571	3.499.877
Reservas de lucro	18.2	1.583.881	1.774.113
Outros resultados abrangentes		(37.834)	(40.093)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.783.618	5.233.897
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.944.445	29.251.260

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	19	1.620.604	1.539.568
Carteira de crédito		1.285.606	1.312.712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos		334.998	226.856
Despesas da intermediação financeira	19	(882.451)	(745.832)
Depósitos e captações no mercado		(101.237)	(64.100)
Operações de empréstimos e repasses		(732.827)	(656.763)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos		(48.387)	(24.969)
Resultado da intermediação financeira	19	738.153	793.736
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.3	(83.836)	11.761
Outras receitas (despesas) operacionais		(253.866)	(199.789)
Receitas de prestação de serviços	20	29.668	29.025
Despesas com pessoal	21	(137.841)	(132.756)
Outras despesas administrativas	22	(61.996)	(49.478)
Despesas tributárias	23	(41.863)	(37.069)
Provisões cíveis e trabalhistas		(22.162)	(16.267)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(19.672)	6.756
Resultado antes da tributação sobre o lucro		400.451	605.708
Imposto de renda e contribuição social	16.1	(72.442)	(270.277)
Corrente		(89.287)	(285.701)
Diferido	16.2	16.845	15.424
Participações no lucro		(12.276)	(10.035)
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE		315.733	325.396
Resultado líquido básico e diluído por ação (lote de 1.000 ações)	0,07	0,09	

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	315.733	325.396
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros mensurados VJORA	76	92
Variação do valor de mercado	76	92
Efeito tributário	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Benefício pós-emprego	2.183	2.379
Variação atuarial	4.539	3.565
Efeito tributário	(2.356)	(1.186)
Total de outros resultados abrangentes	2.259	2.471
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	317.992	327.867

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2024		2.487.333	2.043.333	(34.768)	-	4.495.898
Efeitos na adoção inicial da Resolução CMN nº 4966			25.052			25.052
Saldo em 01/01/2025		2.487.333	2.068.385	(34.768)		4.520.950
Ajustes ao valor de mercado TVM				92		92
Ajustes de avaliação atuarial				2.379		2.379
Aumento do capital	18.1	1.012.544	(611.934)			400.610
Lucro líquido do período					325.396	325.396
Constituição de reservas			325.396		(325.396)	-
Saldo em 30/06/2025		3.499.877	1.781.847	(32.297)	-	5.249.427

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2025		3.499.877	1.774.113	(40.093)		5.233.897
Ajustes ao valor de mercado TVM				76		76
Ajustes de avaliação atuarial				2.183		2.183
Aumento do capital	18.1	737.694	(268.406)			469.288
Juros sobre o capital próprio			(237.559)			(237.559)
Lucro líquido do período					315.733	315.733
Constituição de reservas			315.733		(315.733)	-
Saldo em 30/06/2026		4.237.571	1.583.881	(37.834)	-	5.783.618

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos e participações	400.451	605.708
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	127.849	25.391
Depreciação e amortização	3.387	3.548
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	83.836	(11.761)
Provisão para perdas esperadas não associadas ao risco de crédito	22.163	16.267
Provisão para perdas de outros ativos	138	3.801
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	-	166
Custo sobre o passivo atuarial	18.325	13.370
Variação de ativos e passivos	(1.494.241)	(705.117)
(Aumento) / redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(1.268.692)	(233.738)
(Aumento) / redução na carteira de crédito	(1.195.949)	(1.524.275)
(Aumento) / redução em outros ativos financeiros	(19.947)	2.889
(Aumento) / redução em outros ativos	(7.103)	(15.034)
Aumento / (redução) dos passivos financeiros	1.711.532	1.742.460
Aumento / (redução) de outros passivos	(367.964)	(496.315)
Aumento / (redução) de provisões e passivo atuarial	(1.633)	(3.053)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(344.485)	(178.051)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(965.941)	(74.018)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(2.075)	(2.460)
Aquisição de imobilizado	(623)	(1.031)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(2.698)	(3.491)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Capitalização com juros s/capital próprio e recursos fundo impulsiona sul	469.288	200.610
Juros sobre o capital próprio	(237.559)	-
Aporte de recursos no capital por sócios	-	200.000
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	231.729	400.610
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(736.910)	323.101
Modificação da posição financeira		
Saldo e caixa e equivalente de caixa no início do semestre	2.137.405	1.506.349
Saldo e caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	1.400.495	1.829.450
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(736.910)	323.101

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”) é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui uma agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 19 de agosto de 2026.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem as disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, depósitos bancários e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundos de investimentos, com vencimentos em até 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da sua aquisição, origem ou emissão, pelo seu valor de transação ou pelo valor justo, nos casos cabíveis.

a. Ativos financeiros

A classificação e mensuração subsequente é feita com base no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e nas características do fluxo de caixa contratuais (teste SPPJ).

- Modelo de negócios: refere-se a maneira pela qual o BRDE gerencia os seus ativos financeiros para gerar fluxo de caixa, podendo ser: (i) modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda; (iii) outros modelos.
- Teste SPPJ: analisa as características de caixa dos ativos financeiros, com o objetivo de evidenciar se os fluxos de caixa desses ativos são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (CA): ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo incluindo os custos de transação e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros que atendam aos critérios do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos contratuais quanto para venda. Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receitas de juros) são reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou designados no reconhecimento inicial como VJR para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. São inicialmente reconhecidos a valor justo sendo os custos de transações e as modificações subsequentes do valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período.

b. Passivos financeiros

No BRDE, como regra geral, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado, refletindo a expectativa de fluxo de caixa contratual ao longo do tempo. Exceção à regra geral estão os derivativos passivos, operações envolvendo empréstimos ou aluguel de ativos financeiros e passivos resultantes da transferência de ativos que devem ser classificados como VJR.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do BRDE no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações são contabilizadas no resultado.

O BRDE adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* a valor justo, para as operações de *swap* elegíveis para tal. Os instrumentos classificados nessa categoria se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado.

A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado do semestre.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam: (i) objetivo do *hedge*; (ii) identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco; (iii) classificação e estratégia do *hedge*; (iv) procedimentos internos de escrituração; (v) identificação de objeto e instrumento de *hedge*.

d. Mensuração do valor justo

O BRDE utiliza a seguinte hierarquia para mensuração do valor justo dos seus instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para os instrumentos financeiros semelhantes ou baseado em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos;
- Nível 3: modelos de precificação que utilizam referências de preços, taxas e dados não observáveis no mercado.

e. Taxa efetiva de juros (TJE)

A taxa efetiva de juros (TJE) é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

A aplicação da TJE ocorre sobre o valor contábil bruto do instrumento financeiro, ajustado da seguinte forma:

- Para os ativos financeiros devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento;
- Para os passivos financeiros devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

O BRDE, após estudo técnico elaborado para tal finalidade, adotou para os custos e receitas atribuíveis a utilização do critério da materialidade previsto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/2023, de forma que sua TJE é igual a taxa contratual.

f. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina que o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser baseado em um modelo prospectivo de perdas esperadas. Devido ao seu enquadramento, segmento S3, o BRDE é obrigado a adotar a metodologia completa.

O BRDE reconhece provisão para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura. A partir daí avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva, através de grupos homogêneos, fazendo com que o instrumento financeiro seja classificado em alguns dos seguintes estágios:

- Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e
- Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, considerados ativos problemáticos. Enquadram-se nesse estágio: (i) os ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias); (ii) ativos financeiros que tenham indicativo que não honrarão integralmente suas obrigações; (iii) ativos financeiros reestruturados.

Para os ativos financeiros inadimplidos, como parte do total da provisão esperada, é constituída provisão sobre perdas incorridas. O nível de provisão das operações deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, as receitas geradas pelos ativos problemáticos (*stop-accrual*). Essas receitas são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento, não se aplicando às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

A regularização do atraso, além de outros fatores definidos em Política aprovada pela Administração do BRDE, justifica a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura).

O BRDE, através de modelos estatísticos internos, efetua o cálculo das perdas esperadas, considerando os seguintes fatores:

- PD (*Probabilidade of default*) – Probabilidade de ocorrência do *default* (inadimplência) em janela de tempo pré-determinada;
- EAD (*Exposure at default*) – Representa o valor em aberto no momento do *default*;
- LGD (*Loss given default*) – É o percentual de perda após o evento de *default*.

g. Baixa do instrumento financeiro

A baixa de um ativo financeiro, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021, ocorre quando:

- os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram;
- ocorrer a venda ou transferência deste ativo;
- não houver mais expectativa de sua recuperação (*write-off*).

No BRDE o *write-off* ocorre no 21º mês após ser classificado como inadimplente (atraso superior a 90 dias), mas manterá controles para identificação dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

h. Recuperação e reestruturação

A renegociação é um acordo que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

A reestruturação é uma renegociação que envolve concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Nesse caso, o valor contábil bruto do instrumento financeiro deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, sendo descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada ou pela taxa de juros repactuada. A Resolução CMN nº 5.146/2024 faculta, até dezembro de 2026, a utilização da taxa de juros efetiva repactuada.

3.3 Outros ativos

Relativo ao BRDE são compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda (AMVS) e por despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou de duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio não mais utilizáveis e disponíveis para venda.

Anualmente é feita a avaliação destes AMVS e caso o valor apurado seja inferior ao contabilizado é constituída uma provisão por redução do valor recuperável do ativo.

3.4 Imobilizado e intangível

Os bens que constituem o imobilizado são contabilizados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e ajustado ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, basicamente softwares e direitos de uso, adquiridos ou desenvolvidos internamente destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. São demonstrados pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é composta por tributos correntes, os quais são pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A provisão para IRPJ é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o BRDE é de 20%.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Aqueles decorrentes de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
 - a) cronograma de reembolso do crédito; e
 - b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467/2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento.

3.6 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante delas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são

quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

3.7 Benefício pós-emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 17). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da “aquisição” do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Em consonância ao CPC 33 (R1), quando do processo de destinação de reserva especial de Plano de Benefício, apurado conforme regras emitidas pelas autoridades regulatórias, na condição de patrocinador e a fim de representar patrimonialmente de forma efetiva o benefício econômico de direito do BRDE a valor presente, o Banco constitui um ativo atuarial para este fim.

3.8 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

3.9 Resultado não recorrente

Consideramos como resultado não recorrente aquele que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e de alguma forma não esteja previsto para ocorrer com eventual frequência nos exercícios futuros. Quando ocorrido demonstramos esse resultado em nota explicativa.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

ATIVO	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	958	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	2.132.204	3.150.151
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	-	231.846
Ativos financeiros ao custo amortizado:	4.287.147	21.286.902
Carteira de crédito	4.239.346	21.193.583
Demais ativos financeiros	47.801	93.319
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(161.131)	(560.520)
Outros ativos	1.953	78.601
Ativos fiscais diferidos	-	451.411
Imobilizado	-	37.652
Intangível	-	7.271
PASSIVO	Circulante	Não Circulante
Passivos financeiros ao custo amortizado:	4.487.084	19.885.847
Depósitos e captações no mercado	339.827	1.284.537
Empréstimos e repasses do país	2.982.522	15.408.571
Empréstimos e repasses do exterior	398.790	3.192.739
Outros passivos financeiros	765.945	-
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	43.091	1.517
Outros passivos	204.304	22.641
Provisões	99.054	82.448
Passivos fiscais diferidos	-	39.853
Passivo atuarial	-	294.988

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	958	7.445
Cotas de fundo de investimento	1.399.537	2.129.960
Total	1.400.495	2.137.405



6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

6.1 Composição da carteira

	Valor	Valor Justo - 30/06/2026			Valor	Valor Justo - 31/12/2025		
	aquisição	Nível 1	Nível 2	Total	aquisição	Nível 1	Nível 2	Total
Cotas de fundo de renda fixa - nota 5	1.399.537	1.399.537	-	1.399.537	2.129.960	2.129.960	-	2.129.960
Cotas de fundo de renda fixa - próprios ⁽¹⁾	3.093.252	3.467.491	-	3.467.491	2.136.563	2.392.890	-	2.392.890
Cotas de fundo de renda fixa - terceiros	363.875	363.875	-	363.875	332.652	332.652	-	332.652
Cotas de fundo de participação ⁽²⁾	38.362	48.211	-	48.211	37.350	47.478	-	47.478
Instrumentos financeiros derivativos - nota 6.3	2.221	-	2.221	2.221	38	-	38	38
Outros	1.200	-	1.020	1.020	1.200	1.200	-	1.200
Total	4.898.447	5.279.114	3.241	5.282.355	4.637.763	4.904.180	38	4.904.218

(1) Deste montante, R\$ 7.681 (31/12/2025 - R\$ 9.778) estão caucionados a processos judiciais trabalhistas.

(2) São cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas contas atualizadas de acordo com os valores divulgados pelos respectivos administradores.

6.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2026				31/12/2025			
	Sem vencimento	Até 3 anos	Acima 3 anos	Total	Sem vencimento	Até 3 anos	Acima 3 anos	Total
Cotas de fundo de renda fixa	3.467.491	-	-	3.467.491	4.522.850	-	-	4.522.850
Cotas de fundo de renda fixa - recursos FSA	363.875	-	-	363.875	332.652	-	-	332.652
Cotas de fundo de participação	48.211	-	-	48.211	47.478	-	-	47.478
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.221	-	2.221	-	38	-	38
Outros	1.020	-	-	1.020	1.200	-	-	1.200
Total	3.880.597	2.221	-	3.882.818	4.904.180	38	-	4.904.218

6.3. Instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	2.221	38
Contratos swap - sem estrutura de hedge	2.221	38
Passivo	44.608	19.466
Contratos swap - com estrutura de hedge - nota 6.4	40.428	19.334
Contratos swap - sem estrutura de hedge	4.180	132

6.4 Contabilidade de *Hedge*

O BRDE possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para se proteger dos riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, nas seguintes condições:

- Ponta ativa: Euro + SOFR + taxa contratual;
- Ponta passiva: Real + CDI + taxa contratual.
- Periodicidade e vencimento: idênticos ao do objeto de *hedge*.

As variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge*, em estruturas de valor de mercado são reconhecidos diretamente no resultado.

30/06/2026	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste valor justo	Valor de mercado
Instrumento	355.040	37.688	2.740	40.428
Objeto	355.040	345.719	(2.586)	343.133
31/12/2025	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste valor justo	Valor de mercado
Instrumento	208.433	18.361	973	19.334
Objeto	208.433	200.364	(990)	199.374

A avaliação da efetividade da estrutura de *hedge* é realizada no momento da designação e revisada periodicamente por ocasião dos encerramentos contábeis. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de *hedge* e o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
CAF	US\$ 30.000	10/04/2025	15/02/2028	SOFR6M+1,3%a.a.
CAF	US\$ 5.700	15/09/2025	15/08/2029	SOFR6m+1,85%a.a.
CAF	US\$ 30.000	06/03/2026	15/02/2029	SOFR6m+1,3%a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

7.1 Composição da carteira

	Valor aquisição	Valor Justo - 30/06/2026			Valor aquisição	Valor Justo - 31/12/2025		
		Nível 1	Nível 2	Total		Nível 1	Nível 2	Total
Letras financeiras do tesouro	222.032	231.846	-	231.846	71.638	71.638	-	71.638
Total	222.032	231.846	-	231.846	71.638	71.638	-	71.638

7.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes

	30/06/2026				31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Letras financeiras do tesouro	-	42.960	188.886	231.846	-	38.988	32.650	71.638
Total	-	42.960	188.886	231.846	-	38.988	32.650	71.638

8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

8.1 CARTEIRA DE CRÉDITO

a. Composição por classe e estágio

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	2.136.787	585.100	169.329	2.891.216	2.115.377	317.167	110.380	2.542.924
Financiamentos	8.759.841	1.324.845	576.130	10.660.816	8.763.493	1.384.758	585.546	10.733.797
Financiamento rurais	10.087.354	1.397.544	232.789	11.717.687	9.507.414	1.198.517	84.609	10.790.540
Total operações de concessão de crédito	20.983.982	3.307.489	978.248	25.269.719	20.386.284	2.900.442	780.535	24.067.261
Repasse interfinanceiros	33.493	-	-	33.493	45.627	-	-	45.627
Aval e fiança honrado	423	386	6.264	7.073	358	-	3.842	4.200
Títulos características de concessão de crédito	63.673	-	-	63.673	66.943	-	-	66.943
Venda a prazo de ativos não financeiros (AMV)	58.902	3	66	58.971	53.859	6.955	74	60.888
Total operações caract. concessão de crédito	156.491	389	6.330	163.210	166.787	6.955	3.916	177.658
Total da carteira de crédito	21.140.473	3.307.878	984.578	25.432.929	20.553.071	2.907.397	784.451	24.244.919



b. Movimentação da carteira de crédito

	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ (Reversão)	transferência PARA			transferência DO			Write-off	Saldo em 30/06/2026
			estágio 1	estágio 2	estágio 3	estágio 1	estágio 2	estágio 3		
Estágio 1	20.553.071	707.353	-	(595.337)	(138.371)	-	601.945	11.812	-	21.140.473
Estágio 2	2.907.397	546.401	(601.945)	-	(143.236)	595.337	-	3.924	-	3.307.878
Estágio 3	784.451	(57.958)	(11.812)	(3.924)	-	138.371	143.236	-	(7.786)	984.578
Total	24.244.919	1.195.796	(613.757)	(599.261)	(281.607)	733.708	745.181	15.736	(7.786)	25.432.929

c. Composição por faixa de vencimento

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Até 1 ano	3.682.071	331.334	225.941	4.239.346	3.496.880	290.515	156.502	3.943.897
De 1 a 5 anos	10.557.329	1.560.910	343.628	12.461.867	10.208.465	1.280.523	252.298	11.741.286
Acima de 5 anos	6.901.073	1.415.634	415.009	8.731.716	6.847.726	1.336.359	375.651	8.559.736
Total da carteira de crédito	21.140.473	3.307.878	984.578	25.432.929	20.553.071	2.907.397	784.451	24.244.919
Vencidos há mais de 30 dias	-	182.540	508.050	690.590	-	184.533	478.488	663.021

d. Concentração por cliente

Data	Maior devedor	10 maiores seguintes	20 maiores seguintes	50 maiores seguintes	100 maiores seguintes	Demais devedores	Total da carteira de crédito
30/06/2026	397.563	2.600.201	2.794.601	3.529.458	3.068.539	13.042.567	25.432.929
31/12/2025	382.387	2.429.919	2.747.908	3.581.169	3.033.807	12.069.729	24.244.919

e. Composição da carteira por setor de atividade

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor público</u>	<u>1.415.196</u>	<u>5,56%</u>	1.463.414	<u>6,04%</u>
<u>Setor privado</u>	<u>24.017.733</u>	<u>94,44%</u>	22.781.505	<u>93,96%</u>
Agropecuária	7.588.576	29,84%	6.615.278	27,29%
Indústria	5.554.542	21,84%	5.407.857	22,31%
Infraestrutura	4.599.113	18,08%	4.705.790	19,41%
Comércio	3.968.724	15,60%	3.848.697	15,87%
Serviços	1.055.692	4,15%	974.979	4,02%
Turismo	335.177	1,32%	359.095	1,48%
Intermediação financeira	424.231	1,67%	354.287	1,46%
Outros	491.678	1,94%	515.522	2,13%
Total da carteira de crédito	25.432.929	100%	24.244.919	100%

f. Créditos renegociados e recuperados

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo	%	Saldo	%
Instrumentos financeiros baixados	7.786	-	5.966	-
<u>Instrumentos financeiros recuperados</u>	<u>18.745</u>	-	<u>245.707</u>	-
Por recebimento	9.363	-	233.073	-
<u>Por renegociação</u>	<u>9.382</u>	<u>100%</u>	<u>12.634</u>	<u>100%</u>
Reestruturados	-	-	10.874	86,07%
Não reestruturados	9.382	100%	1.760	13,93%

g. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Receitas não reconhecidas de ativos problemáticos	544.866	485.116
Expectativa de recuperação de ativos problemáticos	356.612	293.281

8.2 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026	31/12/2025
Rendas a receber	7.448	16.189
Devedores por depósitos em garantia	71.929	69.438
Ativo atuarial - benefício pós-emprego (nota 17.2.1)	32.084	22.430
Adiantamentos e antecipações salariais	12.257	2.991
Outros ativos financeiros	17.402	1.874
Total	141.120	112.922



9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

9.1 Composição da provisão por estágio da carteira de crédito

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	8.406	7.382	106.585	122.373	7.555	2.756	74.510	84.821
Financiamentos	21.325	13.905	385.996	421.226	28.124	14.113	433.153	475.390
Financiamento rurais	15.892	6.354	152.337	174.583	13.534	5.466	59.585	78.585
Operações c/caract. de concessão de crédito	720	-	2.749	3.469	176	44	1.479	1.699
Total da carteira de crédito	46.343	27.641	647.667	721.651	49.389	22.379	568.727	640.495

9.2 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	Saldo em	Constituição/	transferência PARA			transferência DO			Write-off	Saldo em
	31/12/2025	(Reversão)	estágio 1	estágio 2	estágio 3	estágio 1	estágio 2	estágio 3		30/06/2026
Estágio 1	49.389	(8.933)	-	(872)	(6.866)	-	5.231	8.394	-	46.343
Estágio 2	22.379	8.508	(5.231)	-	(1.376)	872	-	2.489	-	27.641
Estágio 3	568.727	88.559	(8.394)	(2.489)	-	6.866	1.376	-	(6.978)	647.667
Total	640.495	88.134	(13.625)	(3.361)	(8.242)	7.738	6.607	10.883	(6.978)	721.651

9.3 Despesa (receita) da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Provisão (reversão) sobre a carteira de crédito	89.096	(8.330)
Provisão (reversão) sobre garantias financeiras prestadas	(7.505)	(3.454)
Provisão (reversão) sobre créditos a liberar	2.245	23
Total	83.836	(11.761)

10. OUTROS ATIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Despesas pagas antecipadamente	2.123	5.164
Obras de arte	270	270
Ativos não financeiros mantidos para venda	82.493	80.945
Provisão desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(4.332)	(12.789)
Total	80.554	73.590

11. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO MERCADO

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Depósitos a prazo - CDB e RDB	180.849	26.037	17.401	224.287
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	79.365	154.693	603.008	837.066
Letras de crédito do agronegócio - LCA	79.613	359.046	-	438.659
Letras financeiras - LF	-	113.187	11.165	124.352
Total em 30/06/2026	339.827	652.963	631.574	1.624.364
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Depósitos a prazo - CDB e RDB	137.488	41.579	16.998	196.065
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	148.862	74.615	317.386	540.863
Letras de crédito do agronegócio - LCA	74.567	336.433	-	411.000
Letras financeiras - LF	-	99.317	16.658	115.975
Total em 31/12/2025	360.917	551.944	351.042	1.263.903

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2026				31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Do país	2.982.522	9.468.032	5.940.539	18.391.093	2.641.328	8.905.131	5.678.915	17.225.374
BNDES	1.993.163	6.288.994	4.240.960	12.523.117	1.770.909	5.881.334	3.960.087	11.612.330
FINAME	378.233	1.392.917	469.290	2.240.440	349.023	1.303.703	441.639	2.094.365
FINEP	299.327	951.441	160.383	1.411.151	268.562	939.213	199.535	1.407.310
BB	95.359	235.931	302.501	633.791	55.326	213.667	253.117	522.110
CEF	121.454	319.496	496.791	937.741	86.062	275.532	508.352	869.946
FUNGETUR	87.512	271.678	251.681	610.871	99.096	286.206	302.686	687.988
Outros	7.474	7.575	18.933	33.982	12.350	5.476	13.499	31.325
Do exterior	398.790	1.303.487	1.889.252	3.591.529	545.297	1.203.385	1.933.183	3.681.865
AFD	132.093	473.447	533.490	1.139.030	181.764	477.779	552.680	1.212.223
CAF	184.649	337.692	6.025	528.366	141.553	275.060	10.275	426.888
BEI	40.669	164.919	155.649	361.237	52.158	175.535	187.887	415.580
NDB	9.504	125.605	591.874	726.983	33.230	111.495	631.804	776.529
BID	22.839	171.490	527.950	722.279	123.879	131.376	468.267	723.522
BIRD	9.036	30.334	74.264	113.634	12.713	32.140	82.270	127.123
Total	3.381.312	10.771.519	7.829.791	21.982.622	3.186.625	10.108.516	7.612.098	20.907.239

Sobre as operações com o mercado exterior:

Agence Française de Développement (AFD), New Development Bank (NDB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), European Investment Bank (BEI) e International Bank of Reconstruction and Development (BIRD) – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;
Corporación Andina de Fomento (CAF) – operações de empréstimos com recursos internalizados em reais (*swap offshore*);

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2025	31/12/2025
Fundo Setorial do Audiovisual - FSA ⁽¹⁾	361.097	320.704
Ministério do Turismo - FUNGETUR ⁽²⁾	35.170	34.252
Fundo Impulsiona Sul ⁽³⁾	364.589	151.986
Valores de mutuários a regularizar ⁽⁴⁾	5.089	8.456
Total	765.945	515.398

(1) Recursos, geridos pelo BRDE, destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

(3) Recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio dos controladores destinados para Fundo Impulsiona Sul (nota 25.d).

(4) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

14. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Juros sobre o capital próprio	-	403.704
Impostos e contribuições a recolher	78.532	338.265
Participação nos lucros e resultados	12.276	13.773
Honras de fundos garantidores	22.641	22.716
Outros passivos	17.895	59.373
Dotação para aumento de capital ⁽¹⁾	95.601	-
Total	226.945	837.831

(1) recursos depositados ao BRDE no mês de junho de 2026, por um dos seus sócios, com a finalidade de futuro aumento de capital.

15. PROVISÕES

Composição das provisões:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para contingências (nota 15.1)	128.420	106.740
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	36.129	30.328
Provisão sobre garantias financeiras ⁽²⁾	9.103	16.607
Provisão sobre créditos a liberar ⁽³⁾	7.850	5.605
Total	181.502	159.280

(1) Provisionamento de despesas de pessoal (férias, 13º salário, licença prêmio, dentre outros).

(2) O montante garantido é de R\$ 209.699 (31/12/2025 - R\$ 236.732). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

(3) Provisão constituída sobre o saldo de operações contratadas, cujos recursos ainda não foram liberados aos clientes, que somam R\$ 1.502.150 (31/12/2025 - R\$ 1.131.351).

15.1 Provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial - 31/12/2025	30.591	76.149	106.740
Constituição	17.715	-	17.715
Atualização	2.339	4.049	6.388
Baixa por reversão	(1.772)	(168)	(1.940)
Baixa por pagamento	(476)	(7)	(483)
Saldo final - 30/06/2026	48.397	80.023	128.420

a. Contingências trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 44 processos judiciais em andamento no BRDE, sendo 25 referentes a responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados e os demais referentes a horas extras, incorporação de gratificação salarial, multa rescisória e aviso prévio.

Para interposições de recursos associados às causas trabalhistas há depósitos judiciais ou bloqueio de cotas do fundo de investimento que totalizam, respectivamente, R\$ 3.506 (31/12/2025 – R\$3.606) e R\$ 9.681 (31/12/2025 – R\$ 9.778)

Adicionalmente, existem 22 ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 15.593 (31/12/2025 – R\$ 26.537).

b. Contingências cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável de 21 ações cíveis que possuem como objeto honorários de sucumbência contra o banco.

Foram efetuados depósitos judiciais para interposições de recursos associados às causas cíveis no montante de R\$ 68.423 (31/12/2025 – R\$ 65.832), que abrange 85,5% do total provisionado.

Adicionalmente há outras 32 ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 6.842 (31/12/2025 – R\$ 7.422).

c. Contingências tributárias

O BRDE não possui ações tributárias classificadas como de risco provável.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 34.648 (31/12/2025 - R\$ 33.406).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**16.1 Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes dos tributos e participações	400.451	605.708
Participações no lucro	(12.276)	(10.035)
Resultado antes dos tributos	388.175	595.673
Alíquotas vigentes	45%	45%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota vigente	(174.679)	(268.053)
Efeitos na apuração dos tributos:		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(22.572)	(17.855)
Juros sobre o capital próprio	106.901	-
Incentivos fiscais	1.048	103
Outros valores	14	104
IRPJ e CSLL corrente	(89.287)	(285.701)
IRPJ e CSLL diferido	16.845	15.424
Total IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(72.442)	(270.277)

16.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**a) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos**

ATIVO DIFERIDO	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026
Contrapartida no resultado	412.733	85.926	(67.912)	430.747
Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	244.204	64.477	(51.594)	257.087
Provisão para contingências	48.033	11.063	(1.307)	57.789
Provisão para assistência médica	39.878	4.858	(1.752)	42.984
Crédito diferidos - transição Lei 14.467	74.820	-	(9.450)	65.370
Outras	5.798	5.528	(3.809)	7.517
Contrapartida no patrimônio líquido	18.677	2.102	(115)	20.664
Provisão para assistência médica	18.677	2.102	(115)	20.664
Total - ativo diferido	431.410	88.028	(68.027)	451.411
PASSIVO DIFERIDO	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026
Contrapartida no resultado	24.249	1.168	-	25.417
Atualização de depósitos judiciais	24.249	1.168	-	25.417
Contrapartida no patrimônio líquido	10.093	4.343	-	14.436
Ativo atuarial - benefício pós emprego (PB I)	10.093	4.343	-	14.436
Total - passivo diferido	34.342	5.511	-	39.853

b) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ano de realização	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	Valor atual	Valor presente	Valor atual	Valor presente
2026	46.620	44.704	2.271	2.178
2027	125.816	111.123	29.959	26.461
2028	43.727	35.572	4.543	3.695
2029	38.229	28.645	3.080	2.308
2030	36.656	25.298	-	-
2031 a 2035	160.363	85.706	-	-
Total	451.411	331.048	39.853	34.642

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os créditos tributários cuja expectativa de realização é prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho de 2026, totalizam R\$ 76.787 (31/12/2025 - R\$ 73.472).

17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 30 de junho de 2026.

17.1 Característica dos planos de benefícios**17.1.1 – Planos de benefícios de previdência**

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados em Reserva de Contingência e o excedente do limite estabelecido pela legislação, em Reserva Especial. Conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, foi aprovado o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I na posição de 31/12/2024, em concordância com regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

Em 30/06/2026, o Banco figura como patrocinador de 14 participantes ativos (31/12/2025 - 14), 396 aposentados (31/12/2025 - 401) e 101 pensionistas (31/12/2025 - 103).

Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 30/06/2026, o Banco figura como patrocinador de 421 participantes ativos (31/12/2025 - 415), 12 aposentados (31/12/2025 - 11) e 14 pensionistas (31/12/2025 - 14).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de Asset and Liability Management – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

17.1.2 – Programa de assistência à saúde – PAS e Plano de assistência à saúde unificado - PASU

O BRDE oferece aos seus funcionários, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. Até a instituição do Regulamento do PASU ocorrida no exercício de 2025, esta regra era aplicável apenas a quem fosse vinculado ao Regulamento Pessoal I. A partir da instituição do Programa de Assistência à Saúde Unificado (PASU), ficam abrangidos na cobertura de pós-emprego também os futuros ex-empregados do BRDE oriundos do Regulamento Pessoal II e III e seus dependentes. O PAS e o PASU são operacionalizados por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 30/06/2026, o grupo com cobertura de pós-emprego totaliza 1.205 beneficiários (31/12/2025 – 1.199).

17.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

17.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	30/06/2026			31/12/2025		
	PB I	PB II	PAS&PASU	PB I	PB II	PAS&PASU
Valor presente das obrigações atuariais	780.933	32.295	294.988	805.082	32.632	279.904
Valor justo dos ativos do plano	(1.121.508)	(52.111)	-	(1.120.699)	(47.085)	-
Déficit (superávit) apurado	(340.575)	(19.816)	294.988	(315.617)	(14.453)	279.904
Efeito no teto do ativo	308.491	19.816	-	293.187	14.453	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(32.084)	-	294.988	(22.430)	-	279.904

O Conselho Deliberativo do ISBRE, aprovou o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I, apurado conforme regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”. Dessa forma, considerando o processo de distribuição de superávit do plano PB-I iniciado em 31/12/2024 e 31/12/2025, entende-se que o valor alocado para benefício dos patrocinadores representa efetivamente um benefício econômico para o BRDE. Considerando que a proporção da obrigação do BRDE em relação à obrigação total do plano, de 97,1%, estimou-se o valor presente do benefício econômico em R\$ 32.084.

A aplicação deste critério objetivou estimar o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para a empresa na forma de reduções nas contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo resultado em um Teto do Ativo de R\$ 32.084.

17.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	30/06/2026			31/12/2025		
	PB I	PB II	PAS&PASU	PB I	PB II	PAS&PASU
Obrigações atuariais no início do período	805.082	32.632	279.904	773.474	25.652	194.123
Custo do serviço corrente líquido	11	603	2.392	17	1.204	140
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	71.197
Contribuições de participantes realizadas no período	81	-	-	530	-	-
Despesa de juros	44.750	1.822	15.652	96.292	3.333	23.886
Benefícios pagos no período	(44.430)	(1.354)	(6.671)	(85.547)	(1.585)	(1.234)
(Ganhos)/perdas - mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	18.901	(204)	8.089
(Ganhos)/perdas - mudanças nas premissas financeiras	(35.772)	(1.958)	(15.574)	13.892	1.123	1.939
(Ganhos)/perdas - ajustes pela experiência	11.211	550	19.285	(12.477)	3.109	(7.125)
Obrigações atuariais no fim do período	780.933	32.295	294.988	805.082	32.632	279.904

17.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	30/06/2026		31/12/2025	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.120.699)	(47.085)	(1.093.188)	(34.107)
Benefícios pagos no período	44.430	1.354	85.547	1.585
Contribuições de participantes realizadas no período	(81)	-	(530)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(1.614)	(1.423)	(6.895)	(2.621)
Receita de juros	(63.358)	(2.725)	(130.663)	(4.534)
Retorno sobre ativos abaixo/(acima) da receita de juros	19.814	(2.232)	25.030	(7.408)
Valor justo dos ativos no fim do período	(1.121.508)	(52.111)	(1.120.699)	(47.085)

17.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	30/06/2026		31/12/2025	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Efeito do teto de ativo no início do período	293.187	14.453	295.431	8.455
Despesa de juros	17.194	831	30.638	1.053
Mudanças no efeito do teto do ativo	(1.890)	4.532	(32.882)	4.945
Valor justo dos ativos no fim do período	308.491	19.816	293.187	14.453

17.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

Apresentamos o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	30/06/2026			31/12/2025		
	PB I	PB II	PAS&PASU	PB I	PB II	PAS&PASU
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(22.430)	-	279.904	(24.283)	-	194.123
Custo do serviço corrente líquido	11	603	2.392	17	1.204	140
Custo do serviço do passado	-	-	-	-	-	71.197
Despesa de juros - valor presente das obrigações atuariais	44.750	1.822	15.652	96.292	3.333	23.886
Despesa de juros - efeito do teto do ativo	17.194	831	-	30.638	1.053	-
Receita de juros - valor justo dos ativos	(63.358)	(2.725)	-	(130.663)	(4.534)	-
Despesa/(receita) reconhecida no resultado	(1.403)	531	18.044	(3.716)	1.056	95.223
(Ganhos)/perdas - valor presente das obrigações atuariais	(24.561)	(1.408)	3.712	20.316	4.028	2.903
Mudanças no efeito do teto do ativo	(1.890)	4.532	-	(32.882)	4.945	-
Retorno sobre ativos abaixo/(acima) da receita de juros	19.814	(2.232)	-	25.030	(7.408)	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	(6.637)	892	3.712	12.464	1.565	2.903
Contribuições do banco no período	(1.614)	(1.423)	(6.672)	(6.895)	(2.621)	(12.345)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(32.084)	-	294.988	(22.430)	-	279.904

17.4 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 7,21 anos para o PB I, 16,01 anos para o PB II e 14,01 anos para o PAS & PASU.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa de desconto atuarial (real)	8,06%	7,38%	7,56%	7,16%	7,56%	7,16%
Retorno real esperado sobre os ativos	8,06%	7,38%	7,56%	7,16%	7,56%	7,16%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,74%	2,74%	*	*	N/A	N/A
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inflação esperada	5,33%	4,05%	5,33%	4,05%	4,33%	4,05%
Taxa de desconto nominal	13,82%	11,73%	13,29%	11,50%	13,29%	11,50%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	13,82%	11,73%	13,29%	11,50%	13,29%	11,50%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,22%	6,90%	*	*	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,33%	4,05%	5,33%	4,05%	N/A	N/A
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo, desagravada em 10%					
Mortalidade dos inválidos	AT 49 Segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula				RP I: 0,0% a.a. RP-II e RP-III - 0,7% a.a.	
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		M: 65 anos F: 62 anos	
Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.				RP I: Família efetiva (conforme informações cadastrais); RP-II e RP-III: família média	
HCCTR (“inflação médica”)	N/A		N/A		4,10%	
Aging fator		N/A		N/A	Até 29 anos: 2,0% De 30 a 49 anos: 2,3% De 50 a 79 anos: 4,0% De 80 a 89 anos: 3,2% 80 anos ou mais: 0,0%	
Take up	N/A		N/A		100%	

* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de cargos e salários do BRDE

17.4.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS&PASU	PB I	PB II	PAS&PASU
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(24.481)	(2.207)	(17.704)	(3,1%)	(6,8%)	(6,0%)
	Redução de 0,5%	26.010	2.476	19.682	3,3%	7,7%	6,7%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	18.175	75	12.624	2,3%	0,2%	4,3%
	redução de 1 ano	(18.629)	(65)	(12.575)	(2,4%)	(0,2%)	(4,3%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	20.846	-	-	7,1%
	Redução de 0,5%	-	-	(18.859)	-	-	(6,4%)

17.5 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	30/06/2026		31/12/2025	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda fixa	79,92%	80,81%	80,28%	80,48%
Renda variável	3,48%	3,26%	3,46%	3,48%
Imobiliário	0,58%	0,08%	8,00%	55,00%
Estruturado	9,07%	8,47%	8,81%	8,86%
Carteira de empréstimos	0,44%	1,85%	1,78%	0,45%
Outros	6,51%	5,53%	5,59%	6,18%

17.6 Fluxos de caixa futuros**17.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no semestre e esperado para o próximo período**

	Esperado em 12/2027			Ocorrido em 06/2026		
	PB I	PB II	PAS&PASU	PB I	PB II	PAS&PASU
Contribuições do empregador	3.559	2.712	17.605	1.614	1.423	6.672
Contribuições do participante	96	-	-	81	-	-
Benefícios pagos pelo plano	89.101	2.027	17.605	44.430	1.354	6.672

17.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS&PASU, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	PB I	PB II	PAS&PASU
Próximos 5 anos	446	7	77
Entre 6 e 10 anos	383	12	64
Após 10 anos	700	115	153

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 4.237.571 (31/12/2025 – 3.499.877) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

Nesse semestre houve um aumento de capital no valor de R\$ 737.694, aprovado pelo Conselho de Administração em 25/03/2026 e deferido pelo Banco Central do Brasil em 14/05/2026, cuja origem dos recursos foram as seguintes:

	Capital Social
Saldo em 31/12/2025	3.499.877
Aumento por incorporação de reservas	268.406
Aumento por recursos dos juros sobre o capital próprio	355.982
Aumento por destinação de parte do Fundo Impulsiona Sul	43.306
Aumento por aporte financeiro do sócio	70.000
Saldo em 30/06/2026	4.237.571

18.2 Reservas de lucro

As reservas de lucros do BRDE são formadas pelo montante histórico oriundo da acumulação dos resultados gerados pelo Banco, descontadas as parcelas que são objeto de capitalização ou de distribuição aos controladores na forma de Juros sobre o Capital Próprio. Sua movimentação no semestre foi a seguinte:

	Reservas de lucro
Saldo em 31/12/2025	1.774.113
Valor destinado para aumento de capital	(268.406)
Juros sobre o capital próprio	(237.559)
Resultado do semestre	315.733
Saldo em 30/06/2026	1.583.881

19. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com empréstimos	202.592	158.727
Receita com financiamentos	601.464	606.196
Receita com financiamentos rurais	451.536	384.863
Receita com operações característica concessão crédito	11.270	16.211
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	18.745	146.715
Receita com títulos de renda fixa	8.142	13.465
Receita com cotas de fundos investimentos	316.682	207.396
Receita em operações com derivativos	10.173	5.995
Total da receita de intermediação financeira	1.620.604	1.539.568
Despesa com captação - depósitos	(13.566)	(7.506)
Despesa com captação - LCA	(27.659)	(23.632)
Despesa com captação - LCD	(50.793)	(29.662)
Despesa com captação - outros	(9.219)	(3.300)
Despesa com repasses do país	(632.503)	(512.141)
Despesa com empréstimos e repasses do exterior	(100.324)	(144.622)
Despesa em operações com derivativos	(48.387)	(24.969)
Total da despesa com intermediação financeira	(882.451)	(745.832)
Resultado da intermediação financeira	738.153	793.736

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2026	30/06/2025
Tarifa de análise	12.390	11.500
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	8.624	6.044
Tarifa de cadastro	1.554	1.628
Tarifa sobre liquidação antecipada	1.538	2.886
Tarifa de alteração ou estruturação de garantias	313	507
Tarifa de elaboração parecer/laudo/estudo técnico	489	488
Receita de garantias financeiras prestadas	2.200	3.189
Remuneração administração do FSA	1.731	2.403
Outras tarifas e receitas	829	380
Total	29.668	29.025

21. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	83.373	78.710
Encargos sociais	34.717	35.097
Benefícios	13.677	12.821
Honorários	3.840	3.602
Outros	2.234	2.526
Total	137.841	132.756

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2026	30/06/2025
Aluguel, condomínio, água e luz	2.207	2.153
Comunicações	851	864
Manutenção e conservação de bens	3.454	1.622
Processamento de dados	17.485	12.733
Promoções e relações públicas	2.243	1.222
Publicidade e propaganda	2.125	2.451
Serviços do sistema financeiro	1.390	1.265
Serviços de terceiros	5.723	4.177
Serviços técnicos especializados	6.845	6.458
Vigilância e segurança	734	699
Transportes e viagem	5.458	4.779
Emolumentos judiciais e cartorários	848	659
Despesas estatutárias (CODESUL)	3.929	3.132
Incentivos fiscais	102	0
Depreciação e amortização	3.388	3.548
Demais despesas administrativas	5.214	3.716
Total	61.996	49.478

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa com ISS	1.394	1.307
Despesa com COFINS	31.402	28.887
Despesa com PIS/PASEP	5.103	4.693
Outras despesas tributárias	3.964	2.182
Total	41.863	37.069

24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2026	30/06/2025
Variação cambial sobre disponibilidade	(1)	(5)
Variação cambial sobre operações crédito	(239.180)	(50.065)
Variação cambial sobre repasses e empréstimos	256.262	60.682
Receita (despesa) com variação cambial	17.081	10.612
Ajuste ao valor justo	(2.849)	(4.370)
Ajuste de hedge ao valor justo	6.587	2.330
Atualização de depósitos judiciais	2.737	2.715
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(18.325)	(13.370)
Venda da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	-	14.280
Descontos concedidos em renegociação	(26.288)	(4.017)
Outras receitas (despesas)	1.385	(1.424)
Total	(19.672)	6.756

(1) refere-se a cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

25. PARTES RELACIONADAS**a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE**

A relação com o ISBRE se dá através dos seguintes eventos:

- Aluguel de salas pelo BRDE para desempenho de suas atividades operacionais;
- Cedência de funcionário para exercer cargo de diretor na Fundação, sendo a remuneração e encargos ressarcidos, até outubro/2025;
- Contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício de previdência.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	30/06/2026	30/06/2025
Locação de salas	(482)	(459)
Ressarcimento de salários	-	642
Contribuição patronal	(6.098)	(8.055)
Total	(6.580)	(7.872)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam no semestre findo os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	30/06/2026	30/06/2025
Benefícios de curto prazo	3.695	4.858
Diretoria	3.154	4.455
Conselho de Administração	309	257
Conselho Fiscal	116	73
Comitê de Auditoria	116	73
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	369	-
Total	4.064	4.858

c) Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

O BRDE obteve recursos através da emissão de títulos efetuada a 3 fundos administrados pela Banrisul Corretora cujo saldo em 30/06/2026 é de R\$ 55.790 (31/12/2025 – R\$ 52.057).

d) Controladores - Fundo Impulsiona Sul

Fundo criado com o objetivo de equalizar encargos e/ou utilização em mecanismos de prestação de garantias em operações, diretas ou indiretas, contratadas pelo BRDE como o apoio de atividades econômicas e/ou programas de financiamento produtivo de interesse dos Estados detentores do capital do BRDE, determinadas mediante ato de seu respectivo Governador ou manifestação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL.

O saldo, em 30 de junho de 2026, do fundo de cada Estado é:

Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
95.093	125.691	143.805	364.589

26. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo

Conselho de Administração, conforme consolidado na Declaração de Appetite por Riscos – RAS do BRDE. Nesse sentido, pode ser considerado como um processo em constante evolução, onde os esforços e os trabalhos são desenvolvidos de maneira a promover e garantir o contínuo aprimoramento dos processos, critérios e metodologias da gestão de riscos.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (Chief Risk Officer – CRO) e supervisionada por comitê interno específico (Comitê de Riscos – CORIS) vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados pelo risco (RWA, da sigla em inglês para Risk Weighted Assets) são a base para o cálculo da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

Por fim, em consonância e obediência às diretrizes dispostas na Resolução BCB n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BRDE divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras do Banco.

Em relação ao disposto no inciso XX, do art. 90 da Resolução BCB nº 352/2023, destacam-se:

- Os principais riscos aos quais a instituição está exposta, de acordo com os requerimentos de capital, são o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional. O risco de liquidez, no caso do BRDE, é constantemente monitorado. No entanto, dadas as características de atuação do banco, que se vale em grande medida da modalidade de repasses, a probabilidade de ocorrência de problemas de liquidez é atenuada.
- As políticas e os processos para o gerenciamento de riscos, contendo os princípios e os instrumentos de gerenciamento por meio dos quais o BRDE busca assegurar o cumprimento dos parâmetros e das demais disposições da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), estão disponíveis para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>.
- No BRDE, os métodos utilizados para mensuração do risco são aqueles permitidos pelo Banco Central do Brasil, no formato das abordagens padronizadas, conforme as resoluções, circulares e instruções normativas correlatas a cada risco.
- O sumário de dados quantitativos sobre as exposições ao risco, suas descrições e respectivas concentrações são apresentadas na próxima nota explicativa.

27. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955/2021, 4.958/2021 e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro de 2025.

Indicadores de Capital	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência (A)	5.758.218	5.204.454
Patrimônio de Referência Nível I	5.758.218	5.204.454
Capital Principal	5.758.218	5.204.454
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA – (A) – (B)	5.667.218	5.204.454
Destaque de Capital (B)	91.000	0
Total de Ativos ponderados pelo risco (RWA)	25.718.658	26.104.286
Risco de crédito – RWACPAD	22.563.318	22.299.379
Risco de Mercado – RWAMPAD	1.772.088	2.565.519
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	-	1.881
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.769.666	2.562.367
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	2.422	1.271
Risco Operacional – RWAOPAD	1.383.252	1.239.388
Índice de Basileia	22,04%	19,94%

As definições de risco de crédito, mercado, operacional, liquidez e dos demais riscos relevantes para o BRDE são todas derivadas das respectivas definições estabelecidas pela Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a saber:

O **Risco de Crédito** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- i) Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- ii) Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- iii) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- iv) Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito.

O **Risco de Mercado** é definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo BRDE decorrentes do risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e do risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No período ora reportado, o risco de mercado do BRDE derivou, sobremaneira, da sua exposição à variação cambial resultante dos *spreads* das operações de repasse realizadas com recursos captados em moeda estrangeira sem mecanismos de *hedge* (RWA_{CAM} - Risco de Taxa de Câmbio), à variação da taxa de juros prefixada para instrumentos da carteira de negociação (RWA_{JUR1} - Risco de Juros Prefixados) e à variação do valor dos instrumentos derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (RWA_{CVA} - Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte).

O **Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)** é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados do BRDE, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRBB, que não gera requerimento de capital, é mensurado através das abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado da intermediação financeira (NII) em consonância com as exigências da regulamentação em vigor.

O **Risco Operacional** é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui ainda o risco legal associado a:

- i) Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo BRDE; e
- ii) Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O **Risco de Liquidez** é definido como:

- i) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e,
- ii) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os **Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas para o BRDE, respectivamente de:

- i) Eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

- ii) Eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e
- iii) Eventos associados ao risco de transição e risco climático físico.

Por fim, destaca-se que as exposições aos riscos de crédito, mercado e operacional geram requerimento de capital que são apurados de acordo com as abordagens padronizadas estabelecidas pelo regulador. Os demais riscos acima apresentados, apesar de relevantes e de possuírem monitoramento constante, não afetam indicadores de capital.

28. TESTE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2026 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do Banco.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(36.083)	(50.516)	(72.165)
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(81.030)	162.060	243.091
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	313.571	335.048	356.431
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	6.421	(6.421)	(12.842)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(22.571)	(31.599)	(45.141)

DIRETORIA

Diretor-Presidente, Diretor de Operações e Diretor Administrativo

HERALDO ALVES DAS NEVES

Diretor Vice-Presidente e Diretor de
Acompanhamento e Recuperação de Créditos
e Diretor Financeiro

MAURO MARIANI

Diretor de Planejamento

LEONARDO MARANHÃO BUSATTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

HERALDO ALVES DAS NEVES

Conselheiros

WAGNER CARLOS AICHNER

CARLOS PASCOAL BORDONI

IVAN CESAR RANZOLIN

LEANDRO RIBEIRO MACIEL

FRANCISCO SÉRGIO TURRA

GILBERTO PORCELLO PETRY

THAÍS POMPERMAYER

FABIANO MEASSI

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 e 9 às demonstrações financeiras, o Banco possuía, em 30 de junho de 2026, operações de crédito no montante de R\$25.432.929 mil, com respectiva provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$721.651 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco das contrapartes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da perda esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (vi) análise da adequação do modelo de cálculo utilizado; (vii) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (viii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$294.988 mil, em 30 de junho de 2026. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a adequação matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

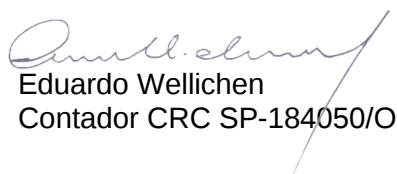
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Eduardo Wellichen
Contador CRC SP-184050/O

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Período findo em 30.06.2026

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 1º semestre de 2026, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 30/06/2026, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela Auditoria Interna e o acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pelas empresas de auditorias independentes sobre: as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios, contratuais ou conveniados. Não foram verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE

O comitê avaliou o conteúdo dos Relatórios de Desempenho Operacional de 2025 e janeiro a abril de 2026, bem como o remanejamento e a suplementação orçamentária, e da Mensagem da Diretoria.

V - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; e o Relatório dos Auditores Independentes, e a Mensagem da Diretoria referentes à data-base de 30 de junho de 2026. Com base nas atividades desenvolvidas, com o respaldo da auditoria independente e da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações com divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Assim, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br LAUREN MOMBACK MAZZARDO
Data: 17/08/2026 21:19:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LAUREN MOMBACK MAZZARDO
Coordenadora do COAUD

Representante do Estado do Rio Grande do Sul

Documento assinado digitalmente
gov.br PABLO FELIPE BITTENCOURT
Data: 18/08/2026 11:52:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PABLO FELIPE BITTENCOURT
Integrante do COAUD
Representante do Estado de Santa Catarina

EDERSON JOSE
PINHEIRO
COLACO:034755279
01
Assinado de forma digital por
EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901
Dados: 2026.08.17 18:50:20
-03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do COAUD
Representante do Estado do Paraná

WAGNER CARLOS
AICHNER:0266554
0916
Assinado de forma digital por WAGNER CARLOS
AICHNER:02665540916
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF
A1, ou=Videoconferencia, ou=26585750000166,
ou=AC Solucao Digital Multipla, cn=WAGNER
CARLOS AICHNER:02665540916
Dados: 2026.08.18 16:23:02 -03'00'

WAGNER CARLOS AICHNER
Integrante do COAUD
Representante do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo semestre e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2026.

CICERO
ANTONIO
EICH:478879310
53

Assinado digitalmente por CICERO
ANTONIO EICH:47887931053
ND: C=BR, CN=CICERO ANTONIO
EICH:47887931053, O=ICP-Brasil, OU=
14121957000109
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.08.19 12:50:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

Documento assinado digitalmente
gov.br **THIAGO LORENZOM**
Data: 19/08/2026 14:29:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THIAGO LORENZOM
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

Documento assinado digitalmente
gov.br **ADALBERTO CERVINO VENTURA**
Data: 19/08/2026 14:26:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADALBERTO C VENTURA
Conselheiro Fiscal
Representante de SC